

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TAÍS PEREIRA PINTO DE VASCONCELOS

**POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO - PNA:  
PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Tramandaí  
2022

TAÍS PEREIRA PINTO DE VASCONCELOS

**POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO - PNA: PROBLEMATIZAÇÕES  
SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

TCC para a obtenção de título de licenciada em  
Pedagogia pela Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul sob a orientação da professora  
Rejane Klein.

Tramandaí

2022

CIP – Catalogação na Publicação

Vasconcelos, Taís Pereira Pinto de  
POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO -  
PNA: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS /  
Taís Pereira Pinto de Vasconcelos. -- 2022  
50 f.  
Orientador: Rejane Klein.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação)  
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral  
Norte, Licenciatura em Pedagogia, Arroio dos Ratos, BR-RS,  
2022.

1. PNA. 2. ALFABETIZAÇÃO. 3. LETRAMENTO. 4.  
LITERÁCIA. I. Klein, Rejane, orient. II. Título.

TAÍS PEREIRA PINTO DE VASCONCELOS

**POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO - PNA: PROBLEMATIZAÇÕES  
SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso para  
a obtenção de título de licenciada em  
Pedagogia pela Universidade Federal  
do Rio Grande do Sul sob a orientação  
da professora Rejane Ramos Klein

Data de aprovação: (dia, mês e ano)

Banca examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Rejane Ramos Klein

---

Prof.<sup>a</sup> Suelen Assunção

---

Prof Igor Zibenberg

Quero dedicar esta pesquisa e minha formação acadêmica à minha mãe Nely Pereira Pinto (in memoriam), que sempre esteve ao meu lado, minha maior incentivadora, a pessoa que mais acreditou em mim, quando nem eu acreditava, meu maior exemplo de ser humano, de fé, a pessoa mais gentil, amorosa e íntegra, o grande amor da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao concluir este trabalho, quero agradecer...

...a inesgotável paciência e ao crédito sincero e encorajador da Professora Rejane Klein, minha orientadora, que me auxiliou e me entendeu em todo processo de elaboração deste projeto.

...aos colegas de curso Sandra Rosane Bergold, Alessandra Caetano e André da Rosa que me auxiliaram durante toda essa trajetória, e certamente sem o incentivo, ajuda e troca com eles realizada, nada disso teria sido possível.

...à minha irmã Valquíria Silva da Costa que cuidou do meu filho Oliver, cuidou da minha casa para que eu pudesse estudar e me dedicar a esta pesquisa.

...e em especial ao meu marido Lucas Hirsch de Vasconcelos que foi meu companheiro, incentivador, compreendendo meu estresse, minhas lágrimas, minha ausência muitas vezes e por nunca me deixar desistir.

E por fim, ao meu mais novo amor, meu filho Oliver Vasconcelos que sempre tinha um sorriso banguela me dando forças para continuar.

Deus enxugará dos olhos todas as lágrimas. Não haverá mais morte, nem tristeza, nem choro, nem dor.

Apocalipse 21:4

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a atual Política Nacional de Alfabetização –PNA (BRASIL, 2019), problematizando as práticas pedagógicas. O problema de pesquisa compreender como a política de alfabetização vigente no país, orienta as práticas pedagógicas que tem sido desenvolvidas no contexto escolar. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, de cunho descritivo exploratório, apoiando-se em autores do campo da alfabetização, tais como Freire (1998), Soares (2022), Moratti (2017), entre outros. A metodologia pautou-se numa análise documental sobre o documento da política PNA. A partir das recorrências encontradas no documento organizou-se três unidades analíticas: 1) “Letramento ou Literacia: O descompasso entre a PNA e a BNCC”, em que aparece a problematização sobre a não inclusão do termo letramento na atual política, desconsiderando os estudos realizados até então. 2) “PNA e sua Limitação metodológica da alfabetização no Brasil”, que chama a atenção para o reducionismo de método sugerido e enfatizado pela política. 3) “PNA: Ruptura da história da alfabetização”, aborda o apagamento da história da alfabetização construída pelos teóricos brasileiros até o sancionamento da PNA. Como considerações finais o estudo aponta para o quanto as políticas de alfabetização direcionam determinadas práticas docentes para alfabetizar, sem uma perspectiva definida, pois percebe-se que há um descompasso entre a PNA (Política Nacional de Alfabetização) e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) em relação a essas orientações legais. Salienta-se também que tal política apresenta-se como um retrocesso em relação aos avanços conquistados na área de alfabetização.

**Palavras-chave:** Política de alfabetização, letramento, literacia, prática pedagógica.



## ABSTRACT

This paper has the objective to analyze the National Literacy Policy -PNA (BRASIL, 2019), problematizing teaching practices. The problem investigated was the result and reflections obtained from the current policy on literacy in the country. The research presents a qualitative approach, of a descriptive exploratory nature, relying on authors in the field of literacy, such as Freire (1998), Soares (2022), Moratti (2017), among others. The methodology was based on a documentary analysis of the PNA policy document. Based on the recurrences found in the document, the results of the analysis were organized into three units: 1) Literacy: The gap between the PNA and the BNCC, in which the problematization about the non-inclusion of the term literacy in the current policy appears, not considering all the studies carried out so far. 2) PNA - Methodological limitation of literacy in Brazil: calls attention to the method reductionism suggested and emphasized by the PNA. 3) PNA: Rupture of the history of literacy, addresses the erasure of the history of literacy built by Brazilian theorists until the sanctioning of the PNA. The final considerations pointed to how much education policies imply in the practices and progress of education in the country, in this case specifically the literacy policy in force at the present moment PNA (Política Nacional de Alfabetização). Through this study it was possible to perceive the gap between the NAP (Política Nacional de Alfabetização) and the BNCC (Base Nacional Comum Curricular) that should go hand in hand so that the literacy process can flow towards good results. I emphasize also the process that involves the construction of policies, because the study pointed to a regression of important advances in the area of literacy. It is the mission of the literacy teachers not to allow policies to robotize our teaching so that we can follow the path towards the formation of citizens who can read and write based on their experiences.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cenário Nacional da Alfabetização .....	29
Figura 2: Níveis de aprendizagem dos estudos em leitura e matemática .....	30
Figura 3: Linha do tempo da alfabetização no Brasil .....	30
Figura 4: Concepção de alfabetização .....	31
Figura 5: Concepção de literacia.....	31
Figura 6: Eixos de atuação do PNAIC .....	37

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b>	11
1.1 Aproximações com o tema	11
1.2 Construção do problema de pesquisa	12
1.3 Sobre a organização do texto	14
<b>2 POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS ALFABETIZADORAS</b>	16
2.2 Sobre a concepção e práticas de alfabetização e letramento	19
2.3 Revisão de literatura	25
<b>3 CAMINHOS METODOLÓGICOS</b>	28
3.1 Procedimentos metodológicos	29
<b>4. POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO E O DESCOMPASSO NAS PRÁTICAS ALFABETIZADORAS</b>	34
4.1 Letramento ou Literacia – O descompasso entre a PNA e a BNCC	34
4.2 PNA: Limitação metodológica da alfabetização no Brasil	38
4.3 PNA: Ruptura da história da alfabetização	41
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	43
<b>REFERÊNCIAS</b>	45

## 1 APRESENTAÇÃO

A escola tem papel importantíssimo no desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança, a escola atua fortemente em vários campos de formação integral das crianças e adolescentes, pois em muitos casos é o primeiro contato social da criança para além de sua convivência familiar.

Cabe lembrar que tivemos um longo período da pandemia do COVID-19 que iniciou-se no ano de 2019 e em março de 2020 acarretou no fechamento das escolas, que trouxe novos desafios aos professores, alunos e famílias, em meio ao caos e incertezas. Entre tantas mudanças, a educação sofreu grande impacto, e no decorrer de todas essas mudanças e adaptações, a tecnologia foi a principal aliada nesse novo contexto.

A presente pesquisa tem como objeto “A Política Nacional de Alfabetização – PNA”, a fim de problematizar as práticas docentes. Através deste estudo será problematizado alguns pontos da política vigente, considerando os desafios que se colocam para o desenvolvimento e organização desse processo de alfabetização na escola.

Pretende-se ainda com a pesquisa voltada para a Política de alfabetização, trazer análises que possam contribuir com a organização das práticas docentes no contexto da escola. Muitas vezes se tem um desconhecimento acerca das políticas educacionais ocasionando assim práticas descontextualizadas ou mesmo inadequadas a partir do que se considera importante no campo da alfabetização.

### 1.1 Aproximações com o tema

O início da minha caminhada junto a educação iniciou-se no ano de 1997, quando ingressei no curso de magistério. Por incentivo da minha mãe que admirava muito a profissão de professora, através de suas falas me vi envolvida e disposta a ingressar na carreira de educadora. Entretanto, no ano de 2000, durante minha prática de estágio encontrei muitos desafios quando me deparei com a realidade de sala de aula.

Meu período de estágio foi durante 1 semestre com uma turma de segunda série na época, em uma escola municipal de um bairro periférico na cidade de Canoas,

a turma apresentava muitas dificuldades desde questões envolvendo alfabetização até a indisciplina, estrutura familiar entre outras. A turma era de alunos acima da faixa etária, repetentes, pois na época os alunos reprovavam na segunda série, também me deparei com uma realidade social muito difícil, as crianças vinham de uma realidade financeira bem complicada, com privação de condições básicas, como comida e roupas adequadas para dias frios e chuvosos. Logo, sem a maturidade suficiente, ao perceber que as aulas teóricas do magistério não foram suficientes para me ajudar a sanar todas as dificuldades das crianças, me frustrei e acabei desistindo da sala de aula, achando que a culpa, de certo modo, era minha, que eu não tinha capacidade para ser uma professora e ingressei em outra área profissional.

Anos depois, ainda incentivada pela minha mãe, senti o desejo de regressar para as práticas de sala de aula, então, surgiu a oportunidade de cursar Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e agora com mais maturidade e conhecimentos adquirido no decorrer desses quatro anos de curso, fui me identificando dia a após dia pela área da alfabetização. Compreendi que não é somente responsabilidade da escola e dos professores questões sobre a educação e especificamente questões sobre a alfabetização, compreendi que fatores e tomadas de decisões que regem o cenário político, ideologias entre outros aspectos influenciam fortemente no tipo de educação, práticas e escola que está se formando.

Os relatos trazidos não são apenas uma explanação, mas uma construção em que cada experiência vivida foi um passo dado rumo ao objetivo, e que me conduziram também às questões que nortearam essa pesquisa

## 1.2 Construção do problema de pesquisa

Um olhar mais específico se voltará para a PNA (Política Nacional de Alfabetização) e as propostas dessa política para a alfabetização, considerando o que alguns autores tem chamado de defasagem na alfabetização devido ao período pandêmico, mas que já se colocavam muitas questões relativas a esse processo, de defasagem e de desigualdade escolar, mesmo antes desse período.

Tomando o período pandêmico do ano letivo de 2020, tivemos um aumento significativo desse cenário de defasagem. Entre os inúmeros resultados, destaco a entrevista feita pelo G1 que mostra a partir dos dados do IBGE, o número de crianças

que não aprenderam a ler e escrever chega a 2,4 milhões e aumenta mais de 65% na pandemia. De acordo com a reportagem o número de crianças entre 6 e 7 anos que não sabia ler ou escrever saltou de 1,429 milhão em 2019 (o equivalente a 25,1% das crianças brasileiras nessa faixa etária) para 2,367 milhões (40,8% das crianças) em 2021. O aumento é de 65,6% em comparação com os números de 2019.

Logo, com as escolas fechadas em virtude da pandemia, criou-se algumas estratégias para que as crianças continuassem a ter aulas, e pudessem dar continuidade nesse processo de alfabetização. Uma dessas estratégias foi o ensino remoto como principal alternativa, embora cada escola precisasse se adaptar de acordo com sua realidade para que de alguma forma os alunos fossem alcançados.

Assim, a presente pesquisa traz como problema: Como a política de alfabetização orienta as práticas pedagógicas no contexto escolar?

Diante disso, a escola e os professores precisaram se reinventar para atender essas demandas de contextos sociais diversos. A pesquisa dialoga com esses contextos diversos a partir da visão Freiriana que considera que o ensinar precisa ser contextualizado a partir de onde os alunos vivem, ou seja, suas culturas seu meio social não deve ser ignorado. Portanto, para o autor, ensinar não é uma transferência de conhecimento, mas sim oportunidades onde o próprio aluno tenha poder de construir esse conhecimento de acordo com suas experiências. (FREIRE, 2003, p.47).

Paulo Freire (1991), salienta a força da escola e da educação. O autor vê a escola como um lugar de superação, feita através da convivência, e cita a escola como um espaço para pensar. Freire (2003), menciona que almejamos, um local humano, capaz de compreender os desafios de seu tempo, e no contexto do presente projeto, o desafio deste tempo é desenvolver políticas que de fato façam sentido e gerem resultados aos aprendentes sendo mediados por professores capacitados e treinados no desenvolvimento de uma alfabetização significativa.

Para Emília Ferreiro (1996, p.24) “O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças.” Sendo assim, entende-se que a criança precisa estar ativa neste processo para que seu desenvolvimento seja satisfatório, entretanto, lembramos que nestes dois anos de pandemia, o envolvimento ativo das crianças no ambiente escolar foi zerado, devido ao distanciamento e medidas de segurança.

Ferreiro (1999, p.47) afirma também que “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola é que não termina ao finalizar a escola primária”. As experiências dos alunos antes da entrada na escola precisam ser valorizadas, por isso a importância da contextualização da realidade do aluno, para o despertar para este conhecimento que deste modo será algo que fará sentido pra ele.

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita. (Ferreiro, 1999, p.23)

Considerando a alfabetização como um processo em que não tem um ponto de início e mesmo de final, interessa olhar para a política nacional da alfabetização - PNA vigente no país, a fim de problematizar as práticas pedagógicas perguntando se tal política sugere um perfil de professor alfabetizador. De modo mais específico, toma-se o método sugerido pela política para identificar quais diretrizes e estratégias são indicadas para que o professor alfabetizador possa desenvolver esse processo. Logo a presente pesquisa tende a materializar essas informações através das constatações encontradas dentro do caderno da PNA.

Como objetivo geral pretende-se analisar a política nacional da alfabetização - PNA vigente no país, a fim de problematizar as práticas alfabetizadoras sugeridas pela política. Como objetivos específicos o estudo visa: a) Mapear as políticas de alfabetização existentes no Brasil a partir 2019 a fim de compreender as mudanças no campo da alfabetização sugeridas por tais políticas; b) Identificar na PNA qual a concepção de alfabetização c) Analisar qual o perfil de professor a política forma.

### 1.3 Sobre a organização do texto

Para contextualizar esta pesquisa, trago uma breve apresentação de cada capítulo que foi sendo construído baseado no objeto e na questão norteadora da pesquisa. No segundo capítulo intitulado “Alfabetização e formação de professores” apresento a fundamentação teórica do estudo a partir de alguns subtítulos que são: as políticas de alfabetização, o conceito de alfabetização, a alfabetização e letramento e a revisão de

literatura sobre o tema. No terceiro capítulo, apresento os Caminhos Metodológicos trilhados para a construção da pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados que foram analisados no capítulo seguinte. No quarto capítulo, intitulado Política de alfabetização e o descompasso nas práticas alfabetizadoras, discute-se sobre as análises realizadas a partir de três eixos analíticos que são eles: o primeiro é Letramento ou Literacia – O descompasso entre PNA e a BNCC; e o segundo: PNA - Limitação metodológica da alfabetização no Brasil; terceiro: PNA: Ruptura da história da alfabetização. Por fim, apresento nas considerações finais alguns apontamentos sobre o percurso de pesquisa bem como algumas questões que ainda poderiam ser mais aprofundadas e discutidas em outros estudos e no âmbito escolar.



## **2 POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS ALFABETIZADORAS**

Nesse capítulo apresento e discuto o referencial teórico da presente pesquisa, pois foi estruturado a partir de levantamento bibliográfico, envolvendo o tema das políticas de alfabetização e suas práticas, considerando alguns autores, tais como: Antônio Sampaio da Nova, Paulo Freire, Magda Soares, entre outros. Posso afirmar com base em Nóvoa (1992), que a formação continuada dos professores precisa considerar o contexto político educacional a fim de conhecer o modo como tem sido previsto para que ele atue com competência na escola. Considerando as mudanças nas políticas de educação é necessário que o educador mantenha-se atualizado para que consiga acompanhar os processos tanto políticos quanto sociais vivenciados dia a dia dentro de sala de aula ou fora dela (NÓVOA, 1992).

Por isso, abordo a atual política de alfabetização do Brasil a PNA ( Política Nacional de Alfabetização), partindo de elementos da política anterior, o PNAIC ( Política Nacional de Alfabetização na Idade Certa) para que possamos trazer elementos a serem problematizados no sentido de visualizar algumas perdas e ganhos da antiga política em comparação com a atual. Será apresentado também os conceitos de alfabetização e letramento e uma revisão de literatura que apresenta alguns estudos mais recentes sobre a alfabetização na sua relação com as políticas de alfabetização.

Desde a LDB 9394/96 percebe-se um olhar para as demandas e responsabilidades dos professores em relação a alfabetização, especialmente nos anos iniciais da escolarização. Pode-se observar que mudaram o olhar para essa etapa de ensino, logo, justifica-se a necessidade de uma mobilização por todas as partes envolvidas no processo de ensino com um contínuo aprendizado dos profissionais da educação que precisam estar conectados com a etapa da Educação Infantil, bem como com os anos finais de escolarização.

Em relação a alfabetização, de modo mais específico, se observa que a meta instituída para alfabetizar as crianças no Ensino Fundamental é um movimento de luta constante que vem sendo deferido por decretos, visando cumprir uma defasagem histórica.

Nas últimas décadas algumas políticas foram instituídas entre elas:

O PROFA - Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (2001), o qual tinha como objetivo nortear as ações educativas de alfabetização no Ensino Fundamental. Como fundamentação teórica o Programa pautava-se a partir da perspectiva da Psicogênese da Língua Escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986), seguindo os pressupostos teóricos de Emília Ferreiro, Ana Teberosky e Telma Weisz. Segundo Teixeira e Dourados (2021), o PROFA apresentava um modelo de formação que estabelecia relação entre teoria e prática. Utilizava diferentes metodologias nas turmas de alfabetização, tendo o diagnóstico dos conhecimentos das crianças como elemento primordial do processo de ensino e aprendizagem, para dessa forma ampliar as concepções dos professores sobre alfabetização, fazendo-os pensar a partir da sua própria prática pedagógica. Em relação a formação de professores propunha:

[...] curso anual de formação destinado especialmente a professores que ensinam a ler e escrever na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, tanto crianças como jovens e adultos. Embora seja destinado em especial a professores que alfabetizam, é aberto a outros profissionais da educação que pretendem aprofundar seus conhecimentos sobre o ensino e a aprendizagem no período de alfabetização. Por se tratar de um curso que aborda especificamente o ensino e a aprendizagem iniciais da leitura e da escrita, não substitui programas destinados ao trabalho com outros conteúdos da formação profissional (BRASIL, 2001, p.20)

O Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação (2005), o qual tinha como objetivo a formação continuada para professores que visava melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. O Programa tinha como fundamentos teóricos, os mesmos do PROFA.

Com o surgimento dos termos letramento e alfabetização (ou alfabetismo) funcional, muitos pesquisadores passaram a preferir distinguir alfabetização e letramento. Passaram a utilizar o termo alfabetização em seu sentido restrito, para designar o aprendizado inicial da leitura e da escrita, da natureza e do funcionamento do sistema de escrita. Passaram, correspondentemente, a reservar os termos letramento ou, em alguns casos, alfabetismo funcional para designar os usos (e as competências de uso) da língua escrita. Outros pesquisadores tendem a preferir utilizar apenas o termo alfabetização para significar tanto o domínio do sistema de escrita quanto os usos da língua escrita em práticas sociais. Nesse caso, quando sentem a necessidade de estabelecer

distinções, tendem a utilizar as expressões “aprendizado do sistema de escrita” e “aprendizado da linguagem escrita”. (BRASIL, 2008, p.10)

O PNAIC - Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (2015), que tinha como objetivo, de acordo com Moreira e Saito (2013), criar

[...] uma proposta de alfabetização contextualizada com vistas ao letramento, de modo que o aluno não apenas aprenda os mecanismos da leitura e escrita, mas que, principalmente, aprenda a linguagem escrita em toda sua funcionalidade” (MOREIRA; SAITO, 2013, p. 59)

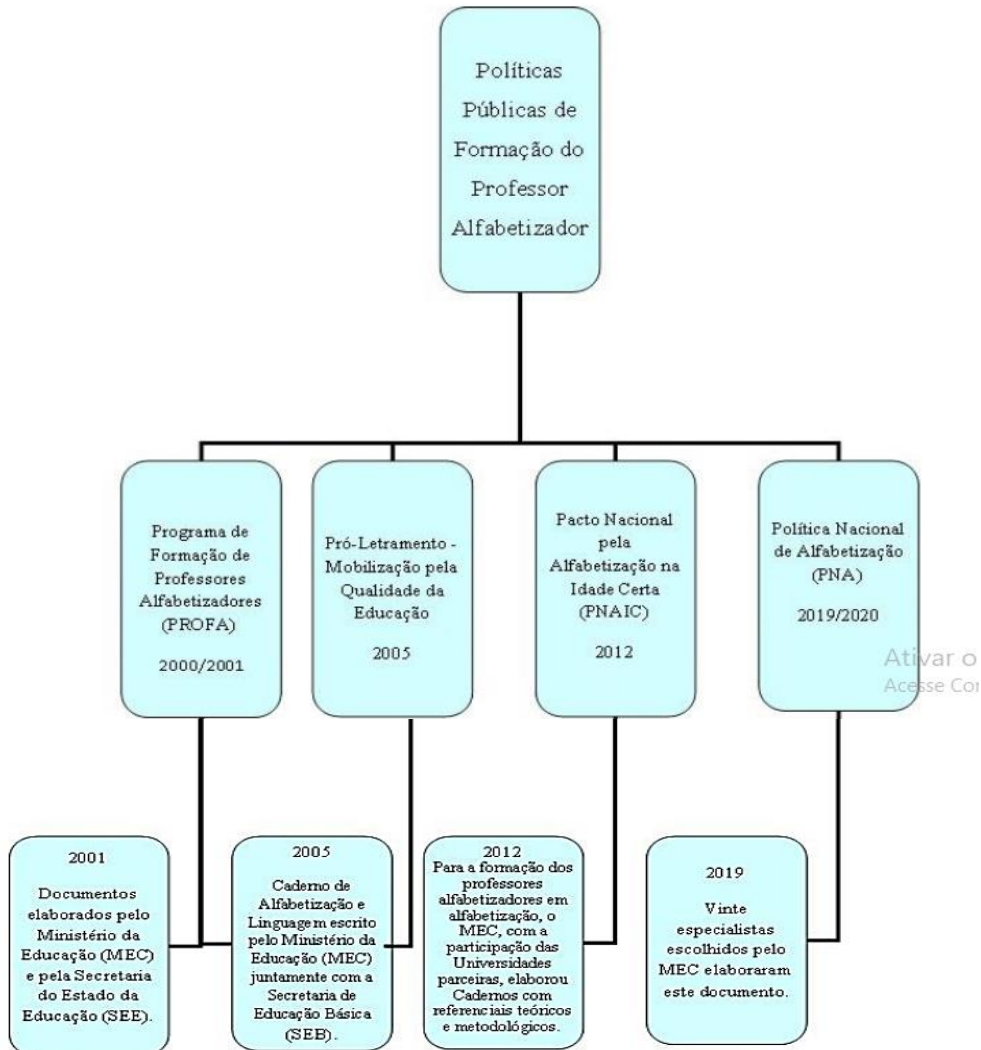
Como fundamentação teórica, segundo Teixeira e Silva (2021), afirmam que:

[...] dentre os autores que balizaram os documentos do PNAIC destacam-se: Letramento (SOARES, 2004), Psicogênese da Língua Escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985) e Consciência Fonológica (MORAIS; LEITE, 2012), dentre outros. O programa não propõe um método de alfabetização, mas fundamenta através de teorias o processo de alfabetização e seu objeto, a língua escrita. (TEIXEIRA; SILVA, 2021, p10)

E, por fim, a PNA - Política Nacional de Alfabetização (2019), atualmente em vigência, tem como objetivo: “...melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional” (BRASIL, 2019, p. 01). Como fundamentos, essa política aponta que o documento que institui essa proposta foi escrito por 20 especialistas, (8 estrangeiros e 12 brasileiros), vinculados a universidades ou instituições públicas e privadas, com atuação em áreas das ciências cognitivas.

Após ter apresentado esse percurso de forma resumida das políticas de alfabetização, vale apresentar o conceito de alfabetização que tem perpassado essas políticas e constituído determinadas práticas no contexto da escola, desvalorizando algumas delas e legitimando outras a fim de atender as necessidades de alfabetizar a todos os sujeitos e reduzir assim o número de alfabetizados, bem como a evasão escolar.

O organograma a seguir retirado do estudo de Teixeira (2019) apresenta o resumo das políticas instituídas nos últimos anos no país:



Fonte: Teixeira (2019)

## 2.2 Sobre a concepção e práticas de alfabetização e letramento

Freire (2009), apresenta a alfabetização de forma ampla e abrangente, não limitando a uma simples transmissão de conhecimento, mas também como uma forma de ler o mundo para além dos livros, considerando o indivíduo e suas especificidades.

(...) o ato de estudar, enquanto ato curioso do sujeito diante do mundo é expressão da forma de estar sendo

dos seres humanos, como seres sociais, históricos, seres fazedores, transformadores, que não apenas sabem mas sabem que sabem. (FREIRE, 2009, p.60).

Magda Soares (2009), posteriormente a Paulo Freire, reforça este pensamento quando expõe que "Letramento é, sobretudo, um mapa do coração do homem, um mapa de quem você é, e de tudo que pode ser."

Soares (2009), apresenta letramento com uma definição mais poética através de um poema de uma estudante norte americana Kate M. Chong que diz:

### **O QUE É LETRAMENTO?**

Letramento não é um gancho  
em que se pendura cada som enunciado,  
não é treinamento repetitivo  
de uma habilidade,  
nem um martelo  
quebrando blocos de gramática.  
Letramento é diversão  
é leitura à luz de vela  
ou lá fora, à luz do sol.  
São notícias sobre o presidente  
O tempo, os artistas da TV  
e mesmo Mônica e Cebolinha  
nos jornais de domingo.  
É uma receita de biscoito,  
uma lista de compras, recados colados na geladeira,  
um bilhete de amor,  
telegramas de parabéns e cartas  
de velhos amigos.  
É viajar para países desconhecidos,  
sem deixar sua cama,  
é rir e chorar  
com personagens, heróis e grandes amigos.  
É um atlas do mundo,  
sinais de trânsito, caças ao tesouro,  
manuais, instruções, guias,  
e orientações em bulas de remédios,  
para que você não fique perdido.  
Letramento é, sobretudo,  
um mapa do coração do homem,  
um mapa de quem você é,  
e de tudo que você pode ser.

Assim, para a autora Magda Soares (2009), a partir deste poema, "Enfim: letramento é o estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e de escrita).

Nessa mesma direção Amaral (2010 p. 2) ressalta em relação ao processo de acompanhamento das aprendizagens dos alunos que “não se deve falar em qualidade, mas em qualidades, uma vez que não existe uma qualidade absoluta”. Dessa forma, observa-se que, a importância de avaliação de uma forma ampla no processo de alfabetização, de forma mais ampla considerando os conhecimentos os quais os alunos trazem consigo ao chegar na escola, contextualizando as práticas de alfabetização, tornando o conteúdo mais interessante aos alunos.

As práticas de alfabetização utilizadas dentro do contexto pandêmico foram afetadas e alteradas bruscamente, sendo este um fator muito relevante a ser considerado.

Surge um conjunto de fatores que podem afetar o processo de alfabetização no período da pandemia: internet de boa qualidade, dificuldade de acompanhamento pelas famílias, falta de recursos como computador, notebooks, tablets (dos professores e dos estudantes), e pouca ou nenhuma destreza no uso das ferramentas digitais, etc. (LUIZ, 2020, p.22).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), de 2016, 54,73% de mais de 2 milhões de alunos concluintes do 3º ano do ensino fundamental apresentaram desempenho insuficiente no exame de proficiência em leitura. Desse total, cerca de 450 mil alunos foram classificados no nível 1 da escala de proficiência, o que significa que são incapazes de localizar informação explícita em textos simples de até cinco linhas e de identificar a finalidade de textos como convites, cartazes, receitas e bilhetes. Ou seja, os fatores sociais influenciam diretamente no resultado da prática adotada durante a pandemia que foi na maioria dos casos o uso da tecnologia.

Segundo Soares (2020), “A atual pandemia afastou as crianças das escolas e das alfabetizadoras na fase fundamental do processo de escolarização”. e este afastamento resultou em um retrocesso no que tange a alfabetização, como mostra a pesquisa C6 Bank/DataFolha, quatro milhões de estudantes brasileiros, com idades entre 6 e 34 anos, abandonaram os estudos em 2020. A pesquisa também aponta que as principais causas para o abandono escolar, está a questão socioeconômica,

considerando que os estudantes das classes sociais mais baixas lideraram os índices de evasão.

De acordo com a UNICEF, entre os estados brasileiros que adotaram o ensino remoto, apenas 15% distribuíram dispositivos aos alunos, e menos de 10% subsidiaram o acesso à internet. Como consequência, 3,7 milhões de estudantes matriculados não tiveram acesso a atividades escolares e não conseguiram estudar em casa.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a crise causada pela Covid-19 resultou no encerramento das aulas em escolas e em universidades, afetando mais de 90% dos estudantes do mundo (UNESCO, 2020), como forma de diminuir o contágio, entretanto novas decisões precisam ser tomadas para que uma decisão em prol da saúde pública não tenha como resultado o fracasso da educação

Analisando estes dados observa-se o tamanho de déficit criado na alfabetização pelo quadro de pandemia de COVID 19, defasagem que terá reflexo durante anos até que esta perda possa ser reestruturada. Contudo, as perdas foram em muitos setores da sociedade, desemprego, perda de entes queridos e esses fatores também prejudicaram consideravelmente nas questões direcionadas a educação, logo, para a alfabetização.

Vivemos em uma era tecnológica, rodeados de aparelhos eletrônicos em todos os ambientes que frequentamos, no mercado, banco, lojas, em casa com tv digital, tabletes, celulares e etc. Acompanhando esta evolução tecnológica o ambiente escolar não poderia ficar de fora desta inovação. Entretanto no período pandêmico, a tecnologia não foi uma opção, mas praticamente o único meio para que o elo entre aluno e escola não fosse totalmente rompido, logo, professores e alunos foram direcionados para uso da tecnologia.

Porém, muitos professores não foram preparados para essa realidade de um ensino totalmente a distância, e por outro lado crianças que não tem acesso à internet e aparelhos eletrônicos para fazer o acesso a essas aula conforme apontam dados de pesquisa mencionados anteriormente.

A situação inesperada que levou à interrupção abrupta das aulas presenciais demandou das instituições de ensino tomadas de

decisões rápidas, sem a realização de etapas fundamentais para que as iniciativas de educação fossem bem-sucedidas. Essas etapas se referem a planejamento, capacitação de todos os envolvidos, preparação da infraestrutura tecnológica (hardware e software), automatização de atividades administrativas, preparação do sistema para coleta de dados, reformulação de currículos, além do fomento à inclusão e à equidade (CASATTI, s/p, 2020).

Logo, o ensino remoto e as aulas a distância utilizadas pelas escolas durante a pandemia da Covid-19, levou docentes a se depararem com a necessidade da busca de estratégias para conseguirem de fato interagirem com os alunos através de ferramentas digitais, embora, somente o esforço dos professores não seja o suficiente para contemplar e sanar todas estas debilidades, considerando que muitos educandos sequer tem acesso digital em seu cotidiano.

A BNCC (2017), salienta a TIC's como mais um recurso de interação com o cotidiano, ou como parte do contexto de vida dos alunos, logo, que os alunos já possuem interesse natural por tecnologia e inovações tecnológicas. Entretanto para os anos iniciais, o texto da BNCC trata da tecnologia como fonte de estímulo da curiosidade. Sendo assim, entende-se que os profissionais da educação precisam considerar a tecnologia como aliada para um envolvimento e interesse do educando em sala de aula, e para isso a formação continuada na área de TIC's torna-se essencial.

Desde o fechamento das escolas em 2020, iniciou-se uma corrida no sistema educacional na tentativa de amenizar os prejuízos deste afastamento de sala de aula, e nesta tentativa iniciou-se processos de aulas remotas, busca de materiais impressos na escola entre outras alternativas encontradas pelos professores e gestores de escolas.

Para Magda Soares (2020), desde então, as crianças foram afastadas das alfabetizadoras na fase fundamental do processo de escolarização, conseqüentemente isso acarreta em muitos prejuízos, ainda segundo ela, dificilmente a presença do alfabetizador poderá ser substituída por um adulto não formado para esta ação educativa. Acrescendo ainda que não apenas dificilmente, mas certamente, não há como substituir o papel do professor. Por tanto, nos casos das famílias menos favorecidas, onde o adulto trabalha a maior parte do tempo, ou mesmo estando em casa a maioria não possui instrução mínima suficiente para poder auxiliar a criança



nas atividades escolares, sem falar, nas questões da falta de recursos para realização das tarefas como um ambiente adequado, acesso a internet e aparelhos eletrônicos entre outros.

Logo, cabe mencionar que para que haja alfabetização será necessário, métodos a serem aplicados. Mortatti (2006) diz:

Em outras palavras, a questão dos métodos é tão importante (mas não a única, nem a mais importante) quanto as muitas outras envolvidas nesse processo multifacetado, que vem apresentando como seu maior desafio a busca de soluções para as dificuldades de nossas crianças em aprender a ler e escrever e de nossos professores em ensiná-las. (MORTATTI, 2006, p.14)

Mas não somente o método deve ser considerado, existe um olhar que precisa ser direcionado para a realidade da criança a ser alfabetizada juntamente com o contexto social e cultural que a mesma se encontra. Para a autora, os métodos não devem ser desconsiderados, no entanto para sua aplicação é necessário atentar para o que a história diz a respeito.

A história da alfabetização no Brasil se caracteriza, portanto, como um movimento complexo, marcado pela recorrência discursiva da mudança, indicativa da tensão constante entre permanências e rupturas, no âmbito de disputas pela hegemonia de projetos políticos e educacionais e de um sentido moderno para a alfabetização. (MORTATTI, 2008, p.95)

Para isso trago resumidamente o que Mortatti (2008), apresenta sobre momentos distintos história dos métodos e principais características:

1º. momento (1876 a 1890) — disputa entre defensores do então “novo” método da palavração e os dos “antigos” métodos sintéticos (alfabético, fônico, silábico);  
 2º. momento (1890 a meados da década de 1920) — disputa entre defensores do então “novo” método analítico e os dos “antigos” métodos sintéticos;  
 3º. momento (meados dos anos de 1920 a final da década de 1970) — disputas entre defensores dos “antigos” métodos de alfabetização (sintéticos e analíticos) e os dos então “novos” testes ABC para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e escrita, de que decorre a introdução dos “novos” métodos mistos;  
 4º. momento (meados da década de 1980 a 1994) — disputas entre os defensores da então “nova” perspectiva construtivista e os dos “antigos” testes de maturidade e dos “antigos” métodos de alfabetização. (MORTATTI, 2008, p.96)

E novos momentos são construídos na história da alfabetização e a discussão sobre métodos continuam atuais, discussões e rupturas que muitas vezes não chegam a lugar nenhum sem intervir positivamente nem na prática e nem ação.

De acordo com o conceito de ação docente, a profissão de educador é uma prática social. Como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social, no caso por meio da educação que ocorre não só, mas essencialmente, nas instituições de ensino. Isso porque a atividade docente é ao mesmo tempo prática e ação. (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 41)

No entanto, longe do meio escolar muitas coisas se perderam durante os dois anos de afastamento, não somente em questões pedagógicas, mas também em questões que se referem ao desenvolvimento social, vivências e práticas e trocas de experiências que tem um papel tão importante que vão para além das disciplinas em si contribuindo na formação do cidadão e na construção de saberes.

### 2.3 Revisão de literatura

Braslavsky (1971), comenta que o método fônico sugerido na PNA, como solução para os problemas da alfabetização, seria um método lógico, entretanto a autora ressalta que as desvantagens deste método não seriam poucas. Já Albuquerque e Boto (2021), apontam a desvinculação do letramento no processo de alfabetização sugerido na Política. Da mesma forma, Albuquerque e Boto (2021) mencionam esse “apagamento” de toda história e estudos científicos construídos até aqui no Brasil.

O estudo de Maciel (2019), salienta que de vinte e um colaboradores que trabalharam na construção e escrita da PNA, treze são brasileiros, sendo apenas um da área da educação com formação em Pedagogia. Logo, percebe-se a pouca adesão ao contexto dos anos iniciais onde a pedagogia se faz presente a partir dos muitos desafios encontrados na prática de sala de aula.

A PNA apresenta alguns pontos que demonstram desvantagens e retrocesso de acordo com Braslavsky (1971, p.53), o método fônico teria a vantagem de ser um método lógico, “que se poderia graduar, com economia de esforços, à criança, para aprender, e, ao mestre, para ensinar”. Entretanto, a autora salienta, que existem

muitas desvantagens desse método, apontando primeiramente a dificuldade quanto à pronúncia das consoantes isoladas, como a possibilidade de falta de interesse por parte dos alunos, dado o excesso de mecanização do método.

Albuquerque e Boto (2021), apontam que a PNA impõe uma proposta de alfabetização desvinculada do letramento. Sabemos que isso não é mais possível de ser concebido. Quando prioriza-se o método fônico para alfabetizar, sem a abertura para as práticas de letramento, desconsidera-se as interações dos sujeitos com a cultura escrita em contextos específicos escolares e extraescolares. Como alertam as autoras, não podemos resumir a crítica a PNA em relação apenas ao método:

Tal problemática, evidentemente, ultrapassa as dissensões metodológicas. Não se trata apenas de abordar a temática do método, pautando-se por considerações abstraídas da realidade. É fundamental que se volte para o chão da escola para se pensar as ações para alfabetizar e para ensinar bem. (ALBUQUERQUE, BOTO, p.16, 2021)

Assim, entendemos que a alfabetização ultrapassa o ambiente de sala de aula e se faz nas experiências e vivências do educando do meio onde vive e adquire seus saberes. Logo, as particularidades da vivência dos alunos não pode ser reduzida a apenas um método de alfabetização. Para Alves (2021), é necessário que o professor considere as múltiplas formas de aprender de todos os alunos:

Quando passamos a considerar que o letramento não acontece só na escola, nem tão pouco apenas este letramento deve ser tido como padrão, deparamo-nos também com as múltiplas formas de aprender e de todos os alunos serem incluídos no processo de ensino aprendizagem. (ALVES, 2021, p. 40).

Na atual política de alfabetização vigente essas especificidades do educando, não estão sendo consideradas. Segundo a autora citada, todas as deficiências em relação à alfabetização e saída do Brasil de baixos índices de alfabetismo podem ser sanadas em um “passe de mágicas” pelo simples fato de adesão ao método fônico.

Já para Albuquerque e Boto (2021), a forma como o atual governo tem conduzido a alfabetização, vai contra as pesquisas científicas construídas ao longo da história da educação no Brasil, desconsiderando também a opinião dos professores, “sujeitos que, em diferentes níveis e modalidades, possuem uma formação inicial e

continuada que engendram essas discussões e que integram o que pode-se chamar de chão das salas de aula públicas”.

O Política Nacional de Alfabetização (PNA), está articulado com o programa de formação docente denominado Tempo de Aprender, logo, tal programa foi desenvolvido de acordo com as diretrizes da PNA. Para Nogueira e Lapuente (2021), o “Tempo de Aprender” fundamenta-se em evidências científicas e se identifica, uma desconsideração dos estudos e das pesquisas brasileiras e uma majoritária referência a estudos internacionais.

Dentro desta perspectiva, Schwartz; Frade; Macedo (2019), entendem que essa proposta para a alfabetização se impõe, desconsiderando o que acontece de modo mais efetivo nas escolas que vinham de uma implantação de outra política, a do Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa – PNAIC, bem como o conjunto de estudos produzidos por diferentes universidades brasileiras:

Dentre os aspectos ressaltados, há críticas quanto ao fato de o programa ter sido proposto de forma unilateral, desconsiderando o diálogo e o debate com os diferentes grupos de pesquisa, com universidades brasileiras e com entidades interessadas na construção de políticas públicas para a qualificação da alfabetização no país. Considerasse pertinente destacar que existem 95 grupos de pesquisa em alfabetização espalhados por diversas universidades brasileiras (Schwartz; Frade; Macedo, 2019).

Assim entendemos que existem interesses que vão além do discurso de sanar as questões de analfabetismo no Brasil. E a presente pesquisa visa problematizar qual perfil de profissionais docentes alfabetizadores tem se tentado implantar no país.

### 3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi desenvolvida com base numa abordagem qualitativa que segundo Teixeira (2015), é uma abordagem muito utilizada no contexto educacional, que visa investigação do objeto de estudo de forma específica e aprofundada.

Foram percorridos alguns caminhos em busca de constituir a pesquisa de forma analítica e minuciosa, para isso busquei autores atuais que abordassem o tema de uma forma contextualizando com estudos de teóricos relevantes na história da alfabetização do país como, Magda Soares, Mortatti, Paulo Freire entre outros.

Ao trazer o tema da alfabetização relaciona as políticas e as práticas docentes, salientamos a importância dessa abordagem que se faz tão necessária de ser considerada no contexto escolar de forma a que possamos qualificar ainda mais a alfabetização em nosso país. Considerando não apenas o resultado estudo, mas também o seu processo de construção, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), é uma característica básica da pesquisa qualitativa de que existe um maior interesse no processo da pesquisa para depois o resultado. Esse processo pode contribuir na formação dos professores a fim de compreenderem de modo mais apropriado suas práticas alfabetizadoras.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2010), “busca questões muito específicas e pormenorizadas, preocupando-se com um nível da realidade que não pode ser mensurado e quantificado”. Logo, seguindo este pensamento a presente pesquisa se instituiu com intuito de ao término da mesma seja possível contribuir para a aquisição de novos saberes. Teixeira (2015) enfatiza que:

A pesquisa qualitativa tem suas origens no século XIX, quando, nos Estados Unidos, eventos relacionados à vida cotidiana estavam na base da investigação social. Nessa época, os problemas sociais foram levantados e encontravam-se a meio caminho entre a narrativa e o estudo científico, objetivando ações que promovessem mudanças sociais. (TEIXEIRA, 2015, p12)

Sendo assim, esta pesquisa também se propõe com seus resultados promover de alguma forma mudanças sociais a partir das problematizações levantadas através do objeto de pesquisa aqui exposto.

Além disso, a seguir anuncia-se os procedimentos metodológicos do estudo para apresentar os dados coletados que foram analisados.

### 3.1 Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa que utiliza a análise documental para compreender a Política Nacional de Alfabetização (PNA), especialmente considerando os possíveis efeitos para a organização das práticas docentes. Cujo problema busca compreender como a política de alfabetização orienta as práticas pedagógicas no contexto escolar?

A análise documental segundo Souza e Giacomoni (2021, p 141):

[...] dá-se pela descrição do documento, destacando e indicando o que ele contém, para explicar e associar informações e mobilizar saberes e conhecimentos prévios, situando o documento no contexto e em relação a seu autor para identificar a natureza do mesmo, explorando suas características e realizando a crítica necessária.(SOUZA, GIACOMONI, p.141, 2021)

Nesse sentido, o documento foi descrito em primeiro movimento de análise em seu sentido geral a fim de perceber os principais princípios e fundamentos que estão pautados essa política.

A presente política está estruturada da seguinte maneira:

Inicialmente apresenta o “cenário atual” de resultados de pesquisas realizados a fim de balizar o índice e a qualidade da alfabetização;

Figura 1: Cenário Nacional da Alfabetização



Fonte: BRASIL(2019, p.10)

Figura 2: Níveis de aprendizagem dos estudos em leitura e matemática



Fonte: BRASIL( 2019, p.12)

Figura 3: Linha do tempo da alfabetização no Brasil

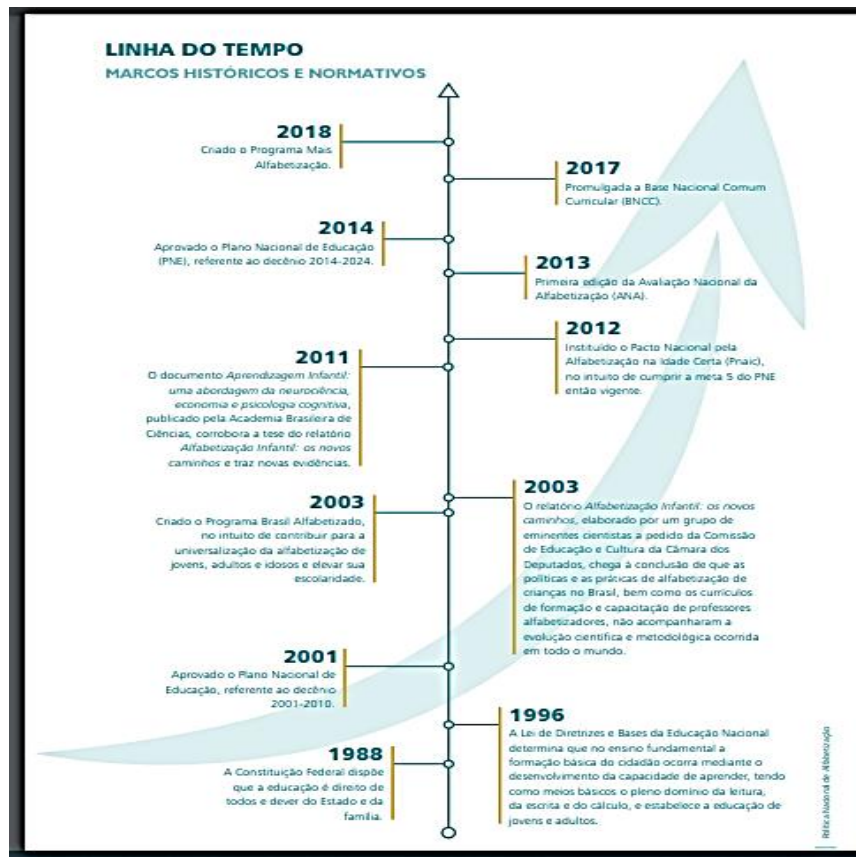


Figura 4: Concepção de alfabetização

## 2. ALFABETIZAÇÃO, LITERACIA E NUMERACIA

### 2.1 O QUE É ALFABETIZAÇÃO

**O QUE DIZEM OS ESPECIALISTAS**

"Do ponto de vista operacional, alfabetizar é: no primeiro ano do ensino fundamental, ensinar explicitamente o princípio alfabético e as regras de decodificação e de codificação que concretizam o princípio alfabético na variante escrita da língua para habilitar crianças à leitura e soletração de palavras escritas à razão de 60 a 80 palavras por minuto com tolerância de no máximo 5% de erro na leitura."

**Luiz Carlos Faria da Silva**  
Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas  
Professor Adjunto do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá

A palavra alfabetização é muitas vezes usada de modo impreciso, resultando confusão pedagógica e didática, dificuldade de diálogo entre as pessoas envolvidas na educação, além de desconhecimento para os pais, que muitas vezes acreditam que seus filhos foram alfabetizados, quando, na verdade, mal sabem ler palavras. A PNA, com base na ciência cognitiva da leitura, define **alfabetização** como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético.

**Sistema alfabético** é aquele que representa com os caracteres do alfabeto (letras) os sons da fala. Os primeiros sistemas de escrita foram inventados há cerca de 6 mil anos, originalmente em forma de representações pictóricas. A escrita alfabética é mais recente, remonta a 4 ou 5 mil anos. Existem diferentes sistemas de escrita para diferentes línguas; no entanto, quando se ensina a ler e a escrever em um sistema alfabético, o que se ensina é um modo de representação gráfica que representa sons por meio de letras (MORAIS, 2014). Logo, num sistema de escrita que não seja alfabético (como o ideográfico, usado na China e no Japão), somente se pode falar de alfabetização por analogia; com mais propriedade se há de falar em **literacia**, que consiste no ensino e na aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita, independentemente do sistema de escrita utilizado.

Quando uma criança ou um adulto analfabeto se dá conta de que os caracteres alfabéticos não são meros sinais gráficos, mas que, individualmente ou em grupo, representam os sons da fala (ou os fonemas da língua, para ser mais exato), dizemos que essa pessoa compreendeu o **princípio alfabético**, passo crucial no processo de alfabetização. Esse princípio, que se concretiza diversamente nas diferentes línguas, de modo que cada uma delas possui regras próprias de correspondência grafema-

Fonte: BRASIL (2019, p.18)

Figura 5: Concepção de literacia

## 2.2 LITERACIA

### 2.2.1 O QUE É LITERACIA

Literacia é o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, bem como sua prática produtiva. Pode compreender vários níveis: desde o mais básico, como o da literacia emergente, até o mais avançado, em que a pessoa que já é capaz de ler e escrever faz uso produtivo, eficiente e frequente dessas capacidades, empregando-as na aquisição, na transmissão e, por vezes, na produção do conhecimento (MORAIS, 2014).

O conceito de literacia vem-se difundindo desde os anos 1980 e nas políticas públicas se reveste de especial importância como fator para o exercício pleno da cidadania. É termo usado comumente em Portugal e em outros países lusófonos, equivalente a *literacy* do inglês e a *littératie* do francês. A opção por utilizá-lo traz diversas vantagens, pois é uma forma de alinhar-se à terminologia científica consolidada internacionalmente.

**Os diferentes níveis de literacia**

A capacidade de leitura e de escrita não se adquire em bloco e de uma só vez, mas depende de habilidades adquiridas antes da alfabetização e desenvolvidas e consolidadas depois dela, permitindo o alcance de níveis mais avançados de literacia.

A pirâmide abaixo ilustra os diferentes níveis de literacia com base no modelo de Timothy Shanahan e Cynthia Shanahan (SHANAHAN, T.; SHANAHAN, C., 2008).

Na base da pirâmide (da pré-escola ao fim do 1º ano do ensino fundamental), está a **literacia básica**, que inclui a aquisição das habilidades fundamentais para a alfabetização (literacia emergente), como o conhecimento de vocabulário e a consciência fonológica, bem como as habilidades adquiridas durante a alfabetização, isto é, a aquisição das habilidades de leitura (decodificação) e de escrita (codificação). No processo de aprendizagem, essas habilidades básicas devem ser consolidadas para que a criança possa acessar conhecimentos mais complexos.

No segundo nível, está a **literacia intermediária** (do 2º ao 5º ano do ensino fundamental), que abrange habilidades mais avançadas, como a fluência em leitura oral, que é necessária para a compreensão de textos.

No topo da pirâmide (do 6º ano ao ensino médio), está o nível de **literacia disciplinar**, onde se encontram as habilidades de leitura analítica e

**O QUE DIZEM OS ESPECIALISTAS**

"Ao longo dos últimos 40 anos, foram realizados estudos a fim de compreender como as pessoas processam visualmente as palavras e acessam o seu significado. Tais estudos têm ajudado na compreensão dos fenômenos cognitivos e linguísticos subjacentes à leitura de palavras, frases e textos. Dessa forma, estudos sobre o processamento visual e a aprendizagem da leitura têm analisado tanto os leitores proficientes, quanto aqueles em processo de alfabetização."

**Elizeu Coutinho de Macedo**  
Doutor em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo  
Professor Adjunto no Programa de Pós-Graduação em Desordens do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Fonte: BRASIL (2019, p.21)



As imagens retiradas do documento expressam a forma como a alfabetização vem sendo compreendida nessa Política. A alfabetização é apresentada através de números que representam uma defasagem dos alunos em relação ao nível de leitura, escrita e matemática. Dados que se pautam nos resultados do sistema de avaliação da alfabetização – AVA.

Além disso, as imagens destacam as concepções centrais que serão tomadas nas análises no capítulo a seguir, quais sejam: alfabetização e literacia.

Segundo Souza e Leal (2021) a PNA, foi formulada segundo seus colaboradores de acordo com estudos que apresentam a alfabetização com “evidências científicas”.

Cabe destacar, segundo, Alves (2021), na Política Nacional de Alfabetização e no Programa de Formação Docente Tempo de Aprender é movimentada toda uma indústria cultural montada em torno da educação: livros didáticos, materiais paradidáticos, materiais de multimídia. Alves afirma que:

Nesse sentido, entendemos que a metodologia da análise documental é relevante para a construção de uma narrativa histórica, sobretudo no campo da História da Educação, pois é possível, mediante seu uso, a obtenção de indícios das políticas públicas, dos discursos e prescrições oficiais, da constituição das disciplinas escolares, dos orçamentos destinados à educação, da aquisição e reforma de prédios, da disponibilidade de materiais escolares, das relações dos sujeitos com estes elementos e de tantos outros aspectos. (ALVES, 2021, p. 141).

Logo, entende-se que as políticas educacionais, consistem em trazer modos de ensinar e aprender, e como o nome do programa mesmo já enfatiza: “Tempo de aprender”. Tempo de aprender, entretanto, da forma como o programa conduz, com as metodologias sugeridas e com a expectativa de um resultado nunca antes alcançados.

O Programa está estruturado da seguinte maneira: O curso Tempo de aprender é apresentado de forma on-line no portal do MEC, formação continuada em práticas de alfabetização, possui uma carga horária de 30 horas, organizada em oito módulos:

1) Introdução; 2) Aprendendo a ouvir; 3) Conhecimento alfabético; 4) Fluência; 5) Vocabulário; 6) Compreensão; 7) Produção de escrita e 8) Avaliação.

Considerando esse contexto de análise, a pesquisa apresentará problematizações também a cerca dessa proposta do Programa Tempo de Aprender. De acordo com Macedo (2021), idealizadores da formação do curso sustentam essa perspectiva simplista, claramente observada, especialmente nas vídeo aulas sobre a leitura de palavras (aula 3.4) e frases (aula 3.6), onde se observa um trabalho mecânico de repetição das letras e seus respectivos sons. Logo, nessa perspectiva de robotização do método é possível observar um retrocesso e um engessamento na didática do professor em sala de aula. Mortatti (2008) chama atenção para o fato que desde o processo de redemocratização, é a primeira vez que uma política pública enfatiza e recomenda uma abordagem específica.

## **4. POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO E O DESCOMPASSO NAS PRÁTICAS ALFABETIZADORAS**

Esse capítulo trata sobre as análises da política de Alfabetização PNA, instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que nos apresenta um discurso de um compromisso de reversão dos resultados negativos obtidos até então na área de alfabetização, conforme já foi anunciado no capítulo anterior.

Esta análise divide-se em três eixos, que são: 1) Letramento ou Literacia: o descompasso entre a PNA e a BNCC - vai problematizar a não inclusão do termo letramento na atual política, desconsiderando todos os estudos realizados até então. 2) PNA: Limitação metodológica da alfabetização no Brasil - chama a atenção para o reducionismo de método sugerido e enfatizado pela PNA. 3) PNA: Ruptura da história da alfabetização - aborda o apagamento da história da alfabetização construída pelos teóricos brasileiros até o sancionamento da PNA.

### **4.1 Letramento ou Literacia – O descompasso entre a PNA e a BNCC**

Ao analisar a PNA é notável que a perspectiva de letramento que a BNCC enfatizada não é considerada, pois esse termo não é mencionado na atual política. A PNA parece reduzir o ato de aprender a ler e escrever, apresentando uma forma um tanto simplista, pautada em um único método, para solucionar as questões do analfabetismo apresentando-se como “portadora da boa nova” (ANDRADE; ESTRELA, 2021).

A PNA apresenta o conceito de Literacia que “[...] consiste no ensino e na aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita, independentemente do sistema de escrita utilizado” (BRASIL, 2019, p. 18). A palavra literacia tem um conceito importado de Portugal, onde a palavra é comumente utilizada.

VII: -literacia -conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva;  
VIII -literacia familiar -conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores;  
IX -literacia emergente -conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita, desenvolvidos antes da alfabetização; (BRASIL, p.51. 2019).

Logo, cabe problematizar a inserção deste termo no presente estudo demonstrou que a escolha por esse conceito em vez do uso do letramento não é por acaso ou neutra. Analisa-se que existe uma tentativa de silenciar pesquisas e estudos que vem sendo feitas por décadas no Brasil, juntamente com o apagamento de contribuições de autores relevantes na área da educação como Paulo Freire e Magda Soares, os quais fazem parte do referencial teórico desta pesquisa como importantes contribuintes na construção da história da alfabetização no país.

De acordo com os autores a seguir pode-se perceber alguns efeitos para as práticas docentes:

A PNA, ao optar pela literacia “[...] no ensino e na aprendizagem das habilidades de leitura e escrita” (BRASIL, 2019, p. 18), desasiste as alfabetizadoras no planejamento intencional, organizado e sistemático para garantir a leitura e a escrita no atendimento das diversas demandas postas pelo mundo atual, que só poderiam ser satisfatoriamente atendidas via alfabetizar letrando, isto é, possibilitando às crianças, jovens e adultos ler e escrever a partir de situações reais de uso (sociais, pessoais e escolares). (ANDRADE; ESTRELA, 2021, p.864)

Nessa perspectiva Soares (2007) afirma que o termo letramento vem carregado de significados, a autora explica de uma forma simplificada, mas não menos importante, dizendo que letrar é inserir o educando em diversos usos sociais da leitura e escrita. Logo, entende-se que o letramento ultrapassa o fato de decodificar códigos apenas, mas tem a ver com atribuições sociais, culturais, políticas dentre outras.

Cabe ressaltar que a BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2017). Entretanto quando analisado, é possível observar que o documento

traz um embasamento e fundamentação diversos documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Brasil, 1996), Pelo Plano Nacional de Educação de 2014 e na constituição federal de 1988. Todos eles dialogam com o conceito de letramento que vinha sendo defendido pelas políticas de alfabetização até então em curso no país.

A PNA parece reduzir o entendimento sobre o processo de alfabetização, pois remete todo esse processo a uma possibilidade de aprender a ler e a escrever a partir da codificação e decodificação de um código linguístico.

Ao aprender as primeiras regras de correspondência entre grafema-fonema/fonema-grafema, a pessoa começa a decodificar, isto é, a extrair de uma sequência de letras escritas a sua forma fonológica (ou pronúncia), e a codificar, isto é, a combinar em sinais gráficos (letras ou grafemas) os sons produzidos na fala. Em outras palavras, começa a ler e a escrever. (BRASIL, 2019,p.18)

Enquanto a BNCC tem a predominância da alfabetização na perspectiva do letramento, quando apresenta o letramento em vários trechos atrelado a fatores como alfabetização, práticas sociais entre outros.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (BRASIL, 2018, p.59)

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. (BRASIL, 2018, p.67)

Cabe ressaltar que a política que antecedeu a atual foi criada pelo Ministério da Educação, em 2012, com o apoio do Governo Federal. Seu eixo principal de atuação foi “[...] a formação continuada presencial de professores alfabetizadores.” (ALFERES, 2017, p. 25). Logo percebe-se a intencionalidade da política voltando-se para o letramento e formação continuada dos alfabetizadores.

O PNAIC é um programa integrado cujo objetivo é a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, até o 3º ano do Ensino Fundamental, de todas as crianças das escolas municipais e estaduais, urbanas e rurais, brasileiras. Caracteriza-se, sobretudo: - pela integração e estruturação, a partir da Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, de diversas ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas do MEC que contribuem para a alfabetização; - pelo compartilhamento da gestão do programa entre Governo Federal, estados e municípios; - pela orientação de garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a serem aferidos pelas avaliações anuais. (BRASIL, 2012, p.2)

Através do quadro abaixo, Alferes (2017), explica resumidamente os eixos de atuação do PNAIC:

Figura 6: Eixos de atuação do PNAIC

<b>Eixos de atuação</b>	<b>Legislação correspondente aos eixos de atuação</b>	<b>Principais ações dos eixos</b>
Formação continuada presencial de professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo.	- Portaria n.º 867, de 4 de Julho de 2012; - Medida Provisória n.º 586, de 8 de novembro de 2012; - Portaria n.º 1458, de 14 de Dezembro de 2012; - Resolução/CD/FNDE n.º 4, de 27 de fevereiro de 2013; - Portaria n.º 90, de 6 de fevereiro de 2013; - Lei n.º 12.801, de 24 de abril de 2013 - Conversão da Medida Provisória 586, de 2012; - Resolução/CD/FNDE n.º 12, de 8 de maio de 2013; - Portaria n.º 153, de 22 de março de 2016 (Revogada pela Portaria n.º 1.093, de 30 de setembro de 2016); - Portaria n.º 154, de 22 de março de 2016 (Revogada pela Portaria n.º 1.093, de 30 de setembro de 2016); - Portaria n.º 155, de 22 de março de 2016 (Revogada pela Portaria n.º 1.093, de 30 de setembro de 2016).	Formação continuada ofertada por universidades públicas com a utilização de materiais específicos, produzidos pelas universidades. Concessão de bolsas para os professores participantes do PNAIC.
Materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais para as escolas.	- Portaria n.º 867, de 4 de Julho de 2012; - Lei n.º 12.801, de 24 de abril de 2013 - Conversão da Medida Provisória n.º 586, de 2012; - Resolução/CD/FNDE n.º 10, de 4 de dezembro de 2015; - Portaria n.º 153, de 22 de março de 2016 (Revogada pela Portaria n.º 1.093, de 30 de setembro de 2016).	Distribuição pelo MEC de materiais a todas as salas de alfabetização (1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental).
Avaliações sistemáticas.	- Portaria n.º 867, de 4 de Julho de 2012; - Portaria n.º 482 de 7 de junho de 2013; - Portaria n.º 153, de 22 de março de 2016 (Revogada pela Portaria n.º 1.093, de 30 de setembro de 2016).	Avaliações processuais (as que são realizadas em sala de aula) e avaliações externas (Provinha Brasil e ANA).
Gestão, mobilização e controle social.	- Portaria n.º 867, de 4 de Julho de 2012; - Portaria n.º 153, de 22 de março de 2016 (Revogada pela Portaria n.º 1.093, de 30 de setembro de 2016).	Formado por Coordenações Nacional, Estaduais, Municipais, visa fortalecer as IES, os conselhos estaduais e municipais para a execução do PNAIC.

Fonte: Marcia Aparecida Alferes (2017)

Atualmente no Brasil a política que rege as questões de alfabetização é o PNA, segundo Luiz (2020), a mesma surgiu como um esforço do Ministério da Educação da nova Gestão governamental a fim de melhorar os processos de alfabetização no Brasil e os seus resultados, definindo a alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético.

Conforme o autor a seguir houve um discurso de fazer diferente do que estava sendo realizado em termos de Educação e de alfabetização:

Para construirmos um futuro mais saudável, próspero e seguro, precisamos de políticas públicas que garantam um financiamento adequado para a Educação, fazer uso inteligente das tecnologias disponíveis, priorizar os mais vulneráveis e proteger educadores e alunos. O Estado precisa se fazer presente. (DIAS; PINTO, 2020, p.547)

Considerando esses estudos que apontam para esse entendimento, vale ressaltar nessa pesquisa que a alfabetização é um processo muito complexo que merece ser analisado para que se avance nessas discussões produzindo ainda mais conhecimentos para que os professores atuem em sala de aula com mais segurança e tranquilidade. É visível esse descompasso entre as políticas educacionais no que se refere a alfabetização em relação ao que a BNCC orienta e o que a PNA apresenta e isso produz exatamente o contrário ao professor que já tem fragilidades no processo formativo para ensinar passa a ter ainda mais desafios quando precisa escolher o método para alfabetizar os alunos

#### 4.2 PNA: Limitação metodológica da alfabetização no Brasil

A PNA foi escrita por uma equipe de especialistas, conforme Maciel (2019), treze dos profissionais são da área de Psicologia, dois da área de linguística e cinco da educação, sendo treze brasileiros participantes do processo. Desse total segundo o autor, de 21 pessoas envolvidas, apenas um tem formação em pedagogia e é atuante na área da educação.

A defesa desses especialistas e colaboradores da PNA, está relacionada ao método fonêmico compreendendo-o como uma forma mais eficaz a ser utilizada em sala de aula no processo de alfabetização.

A PNA, menciona que instrução fônica como um método que pode ser usado e acompanhado de atividades lúdicas. É afirmado que “A instrução fônica sistemática leva a criança a aprender as relações entre as letras (grafemas) e os menores sons da fala (fonemas)”. No entanto, conforme vemos a seguir de modo mais detalhado, a alfabetização não aparece de forma contextualizada, ou seja, as palavras, as sílabas podem ser qualquer uma e escolhida aleatoriamente. Ensinar a ler e a escrever quais palavras e porque estas e não outras, são perguntas fundamentais a se fazer as professoras alfabetizadoras.

Consciência fonêmica é o conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala (fonemas) e a capacidade manipulá-las intencionalmente. Para desenvolver a consciência fonêmica, é necessário um ensino intencional e sistematizado, que pode ser acompanhado de atividades lúdicas, com o apoio de objetos e melodias. A consciência fonêmica conduz à compreensão de que uma palavra falada é composta de uma sequência de fonemas. Isso será crucial para compreender o princípio alfabético, que consiste no conhecimento de que os fonemas se relacionam com grafemas ou, dito de outro modo, de que as letras representam os sons da fala (NATIONAL READING PANEL, 2000; GOMBERT, 2003; ADAMS et al., 2005). A instrução fônica sistemática leva a criança a aprender as relações entre as letras (grafemas) e os menores sons da fala (fonemas). “Fônica” é a tradução do termo inglês phonics, criado para designar o conhecimento simplificado de fonologia e fonética usado para ensinar a ler e a escrever. (BRSIL, 2019, p.33)

E neste sentido, é possível problematizar essa ênfase a um único método, pois parece engessar e mecanizar o olhar do professor sobre as questões que estão envolvidas nesse processo de alfabetização que dizem respeito as condições e formação do professor, as diferenças dos alunos, aos contextos sociais diversos, as fragilidades de aprendizagens trazidas pelos alunos, entre outras questões. No entanto, precisa-se se perguntar sobre o contexto dessas palavras, letras e sons. A alfabetização precisa ser contextualizada no uso dessas palavras, no cotidiano dos alunos de forma a que compreendam e o que estão aprendendo faça sentido para eles.

Percebi que texto da política parece se excluir a complexidade da sala de aula. notei também certo afastamento de uma história e de conhecimentos produzida no país. Uma história em que se buscou a valorização do trabalho do professor e sua autonomia em sala de aula, a história escrita por teóricos brasileiros ao longo dos anos



através de pesquisas que defenderam a diversidade no contexto de sala de aula como elemento que enriquece o planejamento do professor. Mortatti (2019) reforça esse pensamento quando enfatiza que:

A tentativa de imposição de “pensamento único”, por meio do método/instrução fônica e correspondente conceito rudimentar de alfabetização, sintetiza interesses de integrantes de segmentos educacionais e empresariais representados, dentre outros, pelo “painel de especialistas” da CONABE, e atrelados aos interesses políticos, ideológicos e econômicos do governo federal, a exemplo da defesa da escola sem partido, do ensino domiciliar, das escolas cívico-militares, dos ataques grosseiros e beligentes às universidades públicas e da imposição da “reforma da previdência”, e da “reforma trabalhista” (MORTATTI, 2019, p. 29)

E diante desse reducionismo podemos observar um olhar totalmente avesso aos pensamentos de educadores como Paulo Freire que afirma:

Ler a palavra e aprender como escrever a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois, são precedidos do aprender como escrever o mundo, isto é, ter a experiência de mudar o mundo e de estar em contato com o mundo. (FREIRE, MACEDO, 2015, p. 83)

Cabe ressaltar conforme já mencionado no item anterior que a BNCC (2018) que é um documento de caráter normativo que define o que será ensinado nas escolas públicas e privadas do Brasil. Ela salienta a questão da importância do letramento no processo de alfabetização, juntamente com a valorização do indivíduo, apontando a contextualização de acordo com a realidade vivenciada por cada um em suas especificidades.

Neste sentido Giroux (2015), traz aprofundamentos afirmando que a alfabetização precisa ser considerada a partir de uma pluralidade de linguagens que são conflitantes, portanto não podem ser apagadas:

A alfabetização ao mesmo tempo ilumina e examina a vida escolar como um lugar caracterizado por uma pluralidade de linguagens e de lutas conflitantes, local em que as culturas dominante e subalterna entram em conflito e onde professores, alunos e ministradores escolares frequentemente divergem quanto a como se devem definir e compreender as experiências e as práticas escolares. [...] O que está em jogo aqui é a noção de alfabetização que estabelece relações de poder e de conhecimento não apenas a o que os professores ensinam, mas também aos significados produtivos que os alunos, com todas as suas diferenças culturais e sociais trazem para as salas de

aula, como parte da produção de conhecimento e da construção de identidades pessoais e sociais. (GIROUX, 2015, p. 61)

As diferenças existentes em sala de aula enriquecem as relações e a produção de conhecimentos pelos alunos, afirmando seu lugar de sujeitos autônomos e cidadãos que fazem uso da palavra para reivindicar seus direitos na sociedade em que estão inseridos. Através dessas especificidades poderão construir no ambiente escolar não somente aquisição do domínio da leitura e escrita mas também a construção de sua identidade como indivíduos e como sujeitos coletivos.

#### 4.3 PNA: Ruptura da história da alfabetização

Conforme já mostramos, é possível perceber um retrocesso na forma de elaboração dessa última política, PNA, pois fica visível um movimento de descontinuidade do processo histórico e de pesquisas realizadas na área da alfabetização com fundamentação teórica e científica, considerando sempre os professores nesse processo. Ainda que Governos de perspectivas políticas e ideologias diferentes, mantiveram certa coerência no que havia sido realizado anteriormente para dar continuidade. No entanto, na PNA isso não ocorreu, conforme fica explícito no excerto a seguir:

Art. 1º fica instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal. (BRASIL, 2019, p. 01)

Cabe perguntar sobre o que seriam “evidências científicas”, pois nesse caso de ser considerado tais evidências seria necessário abarcar o que foi produzido anteriormente pelas políticas de alfabetização. Teixeira e Silva (2021) afirmam que:

A alfabetização no Brasil sofre uma ruptura a partir de agora, a PNA desconstrói o discurso do construtivismo, do letramento e da consciência fonológica–paradigma utilizado pelos programas PROFA, Pró-letramento e PNAIC e institui a instrução fônica que reaparece como algo novo e revolucionário. (TEIXEIRA; SILVA, 2021, p.12)

Diante disso, aponto que durante quase 18 anos as políticas utilizaram certa coerência nos discursos voltados à alfabetização e letramento, buscando sempre avançar e preocupar-se com a formação de professores. No entanto, o que se observa no atual é uma ruptura nesse processo. Cabe perguntar pelos desafios trazidos ainda pela pandemia, como garantir que todos os alunos possam se alfabetizar, fazendo uso da leitura e da escrita em seu cotidiano? Aprender a compreender o que está ensinado e não apenas de forma bancária como diz Freire (1974).

Entretanto, percebo que as políticas educacionais precisam abordar a educação a partir de uma nova ótica, principalmente visando já que os resultados da pandemia não estavam projetados na lei vigente, é fundamental que pontos sejam revistos para que de alguma forma possamos ter uma educação que esteja de fato ao alcance de todos, e para que a defasagem principalmente para os alunos em fase de alfabetização seja recuperada.

Percebe-se também, que não há uma consideração pela história das políticas de alfabetização constituídas até então. Aparece em alguns momentos, a política como uma solução para os problemas da alfabetização no país. A PNA em diversos trechos enfatiza e defende o método fônico como metodologia a ser adotada pelo professor. No entanto, há certo silenciamento em relação ao apoio e valorização do trabalho docente.

De acordo com a Unesco (2020), a queda na aprendizagem poderá alastrar-se por mais de uma década, tendo tal resultado amenizado com a criação de políticas públicas que invistam em melhorias de infraestrutura, tecnologias, formação, metodologias, salários e formação continuada aos professores.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita desta pesquisa sem dúvidas foi um grande desafio, trilhei um caminho de muita leitura, e estudos em busca de sustentação teórica para o objeto problematizado. Iniciei esse processo com outro foco, entretanto, em minhas andanças teóricas, a pesquisa foi tomando um rumo diferente, que eu me encantei e comecei a tomar posse da minha pesquisa com uma postura investigativa, me apropriei do papel de pesquisadora (iniciante) e gostei.

A alfabetização sempre foi assunto me despertou interesse, entretanto as políticas que regem esse processo nunca tinham me chamado atenção, porém esta pesquisa ampliou minha percepção para o quanto as políticas interferem em todo o processo de alfabetização desde a linha teórica seguida, até as práticas e método(s) utilizados em sala de aula.

Ao realizar as análises, evidenciou-se que a atual Política Nacional de Alfabetização a PNA, está em descompasso com a Base Nacional Comum Curricular, pois observa-se que ao contrário da BNCC que enfatiza o letramento a PNA nem se quer menciona o termo, assim como também introduz outra palavra, aparentemente com o tom de descartar o letramento e incluir o termo literacia. Chamo atenção para este fato, afim de apontar a sutileza da política vigente ao tentar descartar as pesquisas realizadas até então no país sobre alfabetização e que demonstrou que o letramento precisa andar junto com a alfabetização, pois esse processo se dá para além de sala de aula e exige ser tomada enquanto uma prática social com leitura de mundo.

Outra questão importante é percebermos o quanto para os professores alfabetizadores torna-se um desafio não terem um direcionamento mais claro sobre isso, sobre como devem proceder em relação a organização de suas práticas. Temos assim uma política descontinuada que muda suas orientações conforme a gestão governamental que está no poder.

Nas análises percebeu-se que esses direcionamentos do âmbito político produzem limitação e engessamento na metodologia do professor e nas diversas formas que podem ser utilizadas para chegar ao resultado da alfabetização. A PNA sugere e enfatiza apenas o método fônico, como meio eficaz de chegar ao resultado de leitura e escrita, sem considerar o fato da diversidade existente em sala de aula.

E, por fim, a clara a ruptura da história da alfabetização pós PNA, que quebrou uma linha teórica-histórica que o Brasil seguia para o aprimoramento de pesquisas para a criação de uma política eficiente, que mesmo diante de trocas de lideranças, a linha teórica era mantida, e dessa forma o trabalho tinha uma continuidade. Entre os colaboradores da PNA, nenhum teórico das políticas que lhe antecederam foi envolvido no processo de elaboração. Reforço que essa postura claramente veio para produzir um apagamento e ruptura na história da educação e alfabetização do país.

Finalizo enfatizando a importância dessa discussão sobre as políticas de alfabetização, seus programas e seus métodos para a construção do papel de professores alfabetizadores. Esse olhar investigativo sobre o processo de construção das políticas, torna-se fundamental. Não devemos, enquanto professores nos robotizar e deixar nos manipular por políticas que retrocedem em avanços importantes já conquistados.

O estudo deixa muitas questões ainda em aberto para outros darem continuidade. O que pode ser reafirmado é que se faz necessário (re)construir de forma constante esses saberes que envolvem a docência. Para ensinar os educandos, seus contextos precisam ser considerados e a forma de ensinar, ou seja, os métodos a serem adotados importam porque produzem efeitos na formação de estudantes que são cidadãos que precisam ler e escrever a partir de suas vivências de forma crítica e com significado para cada um e para todos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana Borges; MORAIS, Arthur Gomes; FERREIRA, Andreia Brito **As práticas cotidianas de alfabetização: o que fazem as professoras?** Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 38 maio/ago. 2008

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia da; BOTO, Carlota. **Dissonâncias do Programa Tempo de Aprender (SEALF/MEC/2020) com as pesquisas sobre alfabetização.** Periódico Horizontes – USF v. 39 n.01 jul. 2021

ALFERES, Márcia Aparecida. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: uma análise contextual da produção da política e dos processos de recontextualização.** 2017. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

AMARAL, Cardoso Nelson. **Os desafios do financiamento da educação básica: PNE** 2011. Disponível em: [http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/pdfs/estudo\\_nelson\\_1.pdf](http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/pdfs/estudo_nelson_1.pdf). Acesso em 16 de maio de 2022.

ALVES, Bárbara dos Santos. **O silenciamento da heterogeneidade das aprendizagens no programa Tempo de Aprender: Algumas problematizações.** ULBRA, 20121. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Luterana do Brasil. Rio Grande do Sul, Canoas, 2021.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Knopp Sari. **Investigação qualitativa em Educação.** Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASLAVSKY, B. P. Problemas e métodos no ensino da leitura. Trad. Agostinho Minicucci. São Paulo: Melhoramentos; Editora da USP, 1971

BRASIL. **Base nacional comum curricular: educação é a base.** 2022. Disponível em: [https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versa\\_ofinal\\_site.pdf](https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versa_ofinal_site.pdf). Acesso em: 07 jul. 2022.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio;** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacaosuperior/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>. Acesso em 23 de abril de 2022

BRASIL. **PNA: Política Nacional de Alfabetização.** Brasília: MEC, SEALF, 2019b. 54 p. BRASIL. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/> Acesso em 22 de maio de 2022

BRASIL. Ministério da Educação. **PROFA : Programa de Formação de Professores Alfabetizadores: documento de apresentação.** Brasília, 2001.

BRASIL. **Pró-Letramento**: Programa de formação continuada de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental: Guia Geral. Brasília: MEC/SEB/SEED, 2010.

CASATTI, Denise. **Um guia para sobreviver à pandemia do ensino remoto**. Universidade de São Paulo - USP: São Paulo. 2020. Disponível em: <http://www.saocarlos.usp.br/um-guiapara-sobreviver-a-pandemia-do-ensino-remoto/> Acesso em: 22 de abril de 2022

DELFINO, F. C. S.; et. al. **O trabalho docente no cenário da pandemia**: relato de experiência sobre as práticas pedagógicas no ensino remoto. Rev. Eletr. Arma da Crítica. Fortaleza, Ano 10, n.14, p. 232-255, 2020. ISSN 1984-4735. Disponível em: [http://www.armadacritica.ufc.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=100:artigos\\_dezembro\\_2020&Itemid=128](http://www.armadacritica.ufc.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=100:artigos_dezembro_2020&Itemid=128). Acesso em: 03 de jul. 2022.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996. 144p.

FERREIRO, Emília. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999. 102p v.2.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**.50.ed. São Paulo:Cortez, 2009

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** - saberes necessários à prática educativa. 56ª edição. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018. Disponível em [http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf\\_bib.php?COD\\_ARQUIVO=17338](http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17338) Acesso em 22 de abril de 2022

FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1974.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

FREITAS, A. C. S. .; ALMEIDA, N. R. O. de .; FONTENELE, I. S. . **Fazer docente em tempos de ensino remoto**: como isso acontece?. Ensino em Perspectivas, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1–11, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6068>. Acesso em: 1 jul. 2022

GIROUX, Henry A. **Alfabetização e a Pedagogia do empowerment político**. In: FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

INEP. **Relatório SAEB/ANA 2016: Panorama do Brasil e dos estados**. Brasília: Inep, 2018b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno\\_pna.pdf](http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna.pdf). Acesso em: 23 abr 2022

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. In: LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 17-25.

LUIZ, Silvania. **Alfabetização na pandemia: realidades e desafios**. Orientadora: Thamyris Mariana Camarote. 2020. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia à distância, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2020. Disponível em [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19167?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19167?locale=pt_BR). Acesso em: 29 de maio de 2020.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. **Onde estão as pesquisas sobre alfabetização no Brasil?** Revista Brasileira de Alfabetização - ABAIf, Belo Horizonte, MG, v.1, n.10 (Edição Especial), p. 58-59, jul./dez. 2019

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil,2019):uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita**. Revista Brasileira de Alfabetização–A BAIf, Belo Horizonte, MG, v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 26-31, 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate**. Revista ACOALFAPlp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008. Disponível em: <http://www.acoalfaplp.net/> . Publicado em: setembro 2008.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de Alfabetização no Brasil. Seminário “ Alfabetização e letramento em debate”** Brasília, 2006.

MOREIRA, J. A. S.; SAITO, H. T. **Da erradicação do analfabetismo ao compromisso de alfabetizar na idade certa: rumo a uma política nacional para alfabetização escolar?** Revista Teoria e Prática da Educação. v. 16, n. 03, p. 55-64. Set-Dez, 2013. Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/viewFile/25462/pdf\\_20](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/viewFile/25462/pdf_20). Acesso em 22 de julho de 2022.

Nogueira, G. M.; Lapuente, J. S. M. **“Tempo de Aprender”:** uma proposta do Ministério da Educação para professores alfabetizadores. Revista de Educação

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, A. (Org). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote/IIIE, 1992, p. 13-33



PUC-Campinas, v. 26, e214933, 2021.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PINTO, Fátima Cunha Ferreira, DIAS Érika. **A Educação e a Covid19**, Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 545-554, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v28n108/1809-4465-ensaio-28-108-0545.pdf...> Acesso em 23 de abril de 2022.

SELAU, Isis Lagemann; SCHERER, Ana Paula Rigatti. **Fases de escrita de Ehri: Analisando a escrita por um viés alfabético**. 2021 Disponível em: [https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/3958848/mod\\_resource/content/1/Capitulo\\_SelauScherer2021.pdf](https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/3958848/mod_resource/content/1/Capitulo_SelauScherer2021.pdf). Acesso em 20 de abril de 2022.

Schwartz, C. M.; Frade, I. C. S.; Macedo, M. S. A. N. **Grupos de pesquisa em alfabetização no Brasil: diálogos com redes de pesquisa**. *Roteiro*, v. 44, n. 3, p. 1-26, 2019.

SANTOS, Emily. **Número de crianças que não aprenderam a ler e escrever chega a 2,4 milhões e aumenta mais de 65% na pandemia, diz ONG**. Site G1.08 de fev. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/02/08/numero-de-criancas-que-nao-aprenderam-a-ler-e-escrever-aumenta-na-pandemia-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

SOARES, Magda. **Como fica a alfabetização e o letramento durante a pandemia?** Entrevista no canal Futura. 08/09/2020. Disponível em <https://www.futura.org.br/como-fica-a-alfabetizacao-e-o-letramento-durante-apandemia/>. Acesso em: 30 de março de 2022.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita UFMG, Minas Gerais, n.25, jan/abr.2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf> . acesso em 30 de março de 2022.

SOARES, Magda. **Letramento, um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 1998.

Souza, J. E. de ., & Giacomoni, C. **Análise documental como ferramenta metodológica em história da educação: um olhar para pesquisas locais**. Cadernos CERU, n.32 v 1. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v32i1p139-156>. Acesso em 12 de junho de 2022.

TEIXEIRA, Nádia França. **Metodologias de Pesquisa em Educação: Possibilidades e Adequações**. Caderno Pedagógico – UNIVATES. v. 12, n.2 set.2015. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/cadped/article/view/955> Acesso em: 11 julho de 2022.

TEIXEIRA, Lizizna Arambula; SILVA, Thaise. **Programas de Formação de Professores Alfabetizadores: do PROFA à Política Nacional de Alfabetização –**

PNA. Disponível em:  
[file:///C:/Users/User/Downloads/soniapaiva,+9%C2%BA+artigo+-+60397+-+Programas+de+Forma%C3%A7%C3%A3o+de+Professores+Alfabetizadores+-+DIAGRAMADO%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/soniapaiva,+9%C2%BA+artigo+-+60397+-+Programas+de+Forma%C3%A7%C3%A3o+de+Professores+Alfabetizadores+-+DIAGRAMADO%20(3).pdf). Acesso em: 23 de julho de 2022.

**UNESCO. A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19.** Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>. Acesso em: 02 de julho de 2022.